

EDITAL Nº 133/2023 - DPPR

Processo seletivo para ingresso ao quadro de estagiários da Defensoria Pública do Estado do Paraná da comarca de Ponta Grossa

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, observado o disposto no art. 1º da Deliberação CSDP nº 13/2020, promove a abertura de processo seletivo simplificado para contratação de estagiários de direito para atuarem junto à **Defensoria Pública de Ponta Grossa**.

1. DOS REQUISITOS

- 1.1.** Ser estudante de Direito a partir do 5º período com matrícula ativa em instituição de ensino superior.
- 1.2.** Estudantes do 4º Período poderão se inscrever para participar do processo, desde que, ao serem convocados para a vaga, estejam cursando o 5º período.
- 1.3.** O candidato deverá pertencer a uma das instituições de ensino conveniadas com o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE/PR.

2. DAS VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

- 2.1.** Os candidatos serão selecionados e classificados para 3 vagas e formação de cadastro de reserva e para futura contratação conforme a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná, sede de Ponta Grossa
- 2.2.** Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas para estudantes com deficiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas no estágio, a ser expressa no momento da inscrição e verificada quando da contratação.
- 2.3.** Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas para estudantes afrodescendentes, assim considerados segundo declaração expressa de

autoidentificação no momento da inscrição, o qual se responsabiliza pela veracidade da informação nos termos da lei.

2.4. No caso de não haver candidato para as vagas reservadas dos parágrafos anteriores, a vaga poderá ser preenchida por qualquer candidato.

3. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo terá validade de 6 (seis) meses, a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

4. DA CARGA HORÁRIA

4.1. O estágio terá duração de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 13h às 18h.

5. DA BOLSA DE ESTÁGIO

5.1. O estagiário (a) aprovado (a) receberá a bolsa-auxílio no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais, mais o auxílio-transporte de R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais) mensais.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão realizadas no período entre **14 de abril a 20 de abril de 2023, até às 23h59min (horário de Brasília)**, através do preenchimento e encaminhamento da **ficha de inscrição (ANEXO I), Curriculum Vitae e histórico escolar** do curso de graduação em Direito para o e-mail: **estagiograduacao.pontagrossa@defensoria.pr.def.br**.

6.2. Caso pretenda participar do teste seletivo como cotista, o candidato também deve apresentar no ato de inscrição a autodeclaração (**ANEXO II**) devidamente preenchida; caso contrário, concorrerá para as vagas gerais de ampla concorrência.

6.3. Somente participarão do processo seletivo os candidatos que enviarem a ficha de inscrição, o curriculum vitae e o histórico escolar.

6.4. Deve ser encaminhado no título do e-mail o 'nome do candidato – concurso de estágio'. No corpo do e-mail deve constar o nome completo, e, se for o caso, alguma das situações elencadas no item 2.2 ou 2.3.

6.5. O candidato que possuir dúvidas em relação à inscrição deverá entrar em contato pelo e-mail estagiograduacao.pontagrossa@defensoria.pr.def.br.

6.6. É responsabilidade do candidato a indicação de um correio eletrônico (e-mail) válido e número de *whatsapp* que acesse com frequência a fim de receber as informações pertinentes ao processo seletivo de forma breve.

7. DA FORMA DE SELEÇÃO

7.1. Serão selecionados 20 candidatos a partir da análise do Curriculum Vitae e histórico escolar para realização da prova dissertativa e entrevista.

7.2. A convocação será realizada no dia 24 de abril através do site da Defensoria Pública, envio de email e *whatsapp* para os candidatos convocados.

7.3. A prova dissertativa será realizada de forma presencial no dia 27 de abril de 2023 em local e horário que será divulgado no momento da convocação.

7.4. A entrevista será realizada de forma presencial na mesma data da prova dissertativa, logo após a finalização da prova dissertativa.

8. DA NOTA FINAL

8.1. A nota final será composta pela média ponderada da prova dissertativa e entrevista e serão aprovados os candidatos que obtiverem nota superior a 7,0.

9. CONSULTAS:

9.1. Não serão permitidas consultas de espécie alguma, sob pena de desclassificação do processo seletivo.

10. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS DA PROVA

10.1. Caberá recurso dentro de 2 dias úteis da publicação do resultado.

10.2.1. O recurso deverá ser protocolado pessoalmente na Sede da Defensoria Pública de Ponta Grossa, Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas, Ponta Grossa – Estado do Paraná e será decidido pela Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

10.2. Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato que obtiver maior pontuação na questão dissertativa e, persistindo o empate, o que teve maior nota na entrevista.

10.3. O resultado final será divulgado no site da Defensoria Pública.

10.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação da Sede local.

11. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA APÓS A APROVAÇÃO

11.1. O candidato deverá apresentar os seus documentos no prazo máximo de 3 dias após a sua convocação. Caso seja superado tal prazo sem a entrega, o candidato será excluído do certame.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. A convocação será feita via e-mail pelo Departamento de Recursos Humanos no endereço eletrônico mencionado pelo estudante no ato de sua inscrição.

12.2. O candidato deverá apresentar as informações e documentos requeridos e aceitar a vaga no prazo máximo de até 3 dias após a sua convocação. Caso seja superado tal prazo sem a entrega da documentação devida, o candidato perderá a posição no certame, podendo optar por figurar no final da lista do cadastro de reservas.

13. DO PROGRAMA

- Direito Constitucional: Teoria Geral da Constituição; Poder Constituinte; Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º a 4º da CF); Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Remédios Constitucionais (Arts. 5º e 6º da CF); Defensoria Pública na Constituição Federal (Art. 134 da CF).

- Direito de Família: Do Direito de Família (Arts. 1.511 ao 1.727 do CC)

- Direito Processual Civil: Princípios e garantias processuais; Sujeitos do Processo; Da Competência Territorial (Art. 94 a 100 do CPC); Do Valor da Causa (Arts. 258 a 261 do CPC); Da Execução de Prestação Alimentícia (Arts. 732 a 735 do CPC).

- Direito Penal: Princípios do Direito Penal; Parte Geral (Arts. 1º ao 120 do CP); Parte Especial (Arts. 121, 129, 155, 157^a, 160, 171, 180 a 183, 213, 217-A do CP); Legislação Penal Extravagante (Lei nº 11.340/06; Lei nº 11.343/06);
- Direito Processual Penal: Princípios que regem o Processo Penal; Do Inquérito Policial (Arts. 4º a 23 do CPP), Da Ação Penal (Arts. 24 a 62 do CPP), Do Acusado e seu Defensor (Arts. 259 a 267 do CPP); das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória (Arts. 282 ao 350 do CPP);
- Direito da Criança e do Adolescente: Parte Geral do ECA (Arts. 1º ao 6º do ECA); Dos Direitos Fundamentais (Arts. 7º ao 24 do ECA); Das Medidas de Proteção (Arts. 98 ao 102 do ECA); Da Prática de Ato Infracional (Arts. 103 ao 128 do ECA).
- Princípios Institucionais: Defensoria Pública na Constituição Federal (Art. 134 da CF); Lei Complementar nº 80/94 (Arts. 1º ao 4º-A).

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. É de inteira responsabilidade do candidato atentar-se às datas e acompanhar as publicações referente a este Processo Seletivo, através do site <http://www.defensoriapublica.pr.def.br>

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da Comissão de Processo Seletivo da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Ponta Grossa, 13 de abril de 2023.

MONIA REGINA DAMIÃO SERAFIM

Presidente da Comissão de Processo Seletivo
da comarca de Ponta Grossa.



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:

Sexo:

Cor:

Idade e Data de Nascimento:

Telefone com whatsapp:

E-mail:

Endereço:

Período da graduação e Universidade/Faculdade:

ANEXO II AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, carteira de identidade (RG) n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, estudante do curso graduação em Direito, matriculado na Instituição de Ensino _____, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO NA SEDE DE PONTA GROSSA/PR**, conforme estabelecido no Edital de Abertura nº 29/2023, declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, nos termos da Lei Estadual nº 14.274/2003, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a)

pardo(a)

(*OBS: O quesito cor ou raça será avaliado de acordo com os termos utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Declaro, ainda, estar ciente do disposto no inciso II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 14.274/2003, especificamente quanto à possibilidade legal do desligamento antecipado do estágio na hipótese de ser constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração¹.

Por fim, a título de informação suplementar ao já declarado, aviso ao CIEE/PR que:

participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

não participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2023.

Assinatura

¹ Art. 5º Detectada a falsidade na declaração a que se refere o artigo anterior, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei, sujeitando-se, ainda:

(...)

II - Se candidato, à anulação da inscrição no concurso público e de todos os atos daí decorrentes.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, ser-lhe-á assegurada ampla defesa.